

ACESSO Á JUSTIÇA: ATUAÇÃO DO PROCON UNIDADE CRATO-CE NO PERÍODO DE 2014 A 2016

HANNA BITU LEAL ALENCAR, MARIANA LACERDA CERVANTES DE CARVALHO, JAHYRA HELENA PEQUENO DOS SANTOS

A industrialização, ocorrida no Estado Social de Direito em meados do século XX, ocasionou uma mudança significativa nas relações interpessoais e nas de consumo. Juntamente a isto, o Estado abandona uma posição de garantidor de direitos privados e passa a ser interventor social, visando os problemas coletivos e a assistência jurídica para os desfavorecidos pelo antigo sistema Liberal. Ocorre que esta mudança gerou um aumento da massa litigiosa que, juntamente a outros empecilhos, resultou na morosidade do Poder Judiciário e na limitação ao acesso à justiça. Surgem, então, ondas renovatórias, as quais buscam construir tanto direitos difusos como a efetivação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, como o acesso à justiça pelas vias extrajudiciais. Neste sentido, surgem os PROCON's que buscam regulamentar as relações de consumo de forma administrativa e conciliatória. Estas fundações ligam-se à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e são estabelecidas pelo Governo Estadual que criará subdivisões pelos municípios do Estado. No município de Crato-CE existe um PROCON conveniado com a URCA situado no Núcleo de Práticas Jurídicas desta Universidade. O presente projeto de pesquisa objetiva analisar o acesso do consumidor à justiça através desta fundação durante o período de 2014 a 2016. Dessa forma, é necessário realizar não só uma pesquisa bibliográfica como também uma pesquisa de campo para organizar e sistematizar as informações referentes à origem, à função, aos resultados e à forma utilizada para a divulgação da atuação deste PROCON, assim como a investigação da situação do consumidor cratense diante deste órgão, descobrindo a sua efetividade no espaço temporal supracitado, mediante coleta de dados. Válido ressaltar, por fim, que os resultados esperados, beneficiam não só o Poder Judiciário como também a sociedade que terá acesso a um órgão extrajudicial para solucionar o seu conflito de forma célere e informal, contrastando com a realidade judicial.

PALAVRAS-CHAVE: ACESSIBILIDADE, PROCON, CRATO-CE

ÁREA TEMÁTICA: DIREITO

FORMA DE APRESENTAÇÃO: PÔSTER